

Introdução

A ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima iniciou o seu projecto a 31 de Dezembro de 1991. Dá-se assim início à intervenção do LEADER I no Vale do Lima, que veio a encerrar em 31 de Dezembro de 1994, marcado pela concretização de todos os objectivos propostos e lançando uma nova filosofia de actuação entre todos os actores do desenvolvimento local, entidades públicas e privadas.

A continuação deste projecto no âmbito do LEADER II foi equacionada ao longo de 1994, com a redefinição da zona de intervenção, realizando-se a 14 de Julho a reunião da Assembleia Geral da ADRIL que aprovou definitivamente a candidatura, que culminou com a credenciação da ADRIL a 6 de Maio de 1995. A 25 de Abril de 1996, é assinada a Convenção Nacional, dando-se início a uma nova fase que se prolongou até 31 de Dezembro de 1999.

Foram assim lançadas as bases para a continuação de um projecto que se têm revelado do maior alcance para o desenvolvimento do Vale do Lima e que é um exemplo de cooperação institucional ao nível local, nacional e transnacional.

A ADRIL é constituída por entidades representativas de todos os sectores da economia local e que são os principais actores do desenvolvimento do Vale do Lima. O sector público está representado pelas quatro Câmaras Municipais da zona de intervenção (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), pela VALIMA – Associação de Municípios do Vale do Lima, PNPG – Parque Nacional da Peneda/Gerês, RTAM – Região de Turismo do Alto Minho e ISPVC – Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo.

O sector privado está representado pelas seguintes associações:

TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez, Associação Empresarial de Ponte de Lima, ARVAL - Artesãos Reunidos do Vale do Lima, Adega Cooperativa de Ponte da Barca, AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, Adega Cooperativa de Ponte de Lima, AAVL - Associação dos Agricultores do Vale do Lima, Associação Empresarial de Viana do Castelo, AEVAL - Associação Empresarial Val do Límia e CEVAL – Conselho Empresarial do Vale do Lima.

A área de intervenção da ADRIL tem inúmeras potencialidades, que para além de muitas delas aproveitadas, para o desenvolvimento do Vale do Lima, existem ainda motivos para recuperar, valorizar e dinamizar o vasto património existente nesta região, dando sustentabilidade e melhoria de vida das populações rurais, pois é por elas que deve começar e basear-se toda uma estratégia de desenvolvimento rural integrado.

Geograficamente, o Vale do Lima caracteriza-se por situações distintas, onde a jusante existe uma zona montanhosa intensa, com formações graníticas de grande extensão, onde a altitude pode ir até aos 1200m, decrescendo ao longo do vale, atingindo altitudes de 100m a montante, definindo por si só, diferentes variações de temperatura e índices de pluviosidade.

Tendo ainda a agricultura um papel de importância na região, o declínio da mesma no Vale do Lima é inexorável e todos os indicadores apontam para um processo de esgotamento progressivo. Os agricultores que trabalham a tempo total nas explorações são cada vez em menor número, desenvolvendo mais actividades exteriores remuneradas. Da população agrícola, que gravita em torno da exploração, uma parte significativa, são jovens numa situação

expectante, procurando entrar no mercado de trabalho, noutras actividades.

Quadro 1. Indicadores Agrícolas

<i>Indicadores</i>	<i>Minho-Lima</i>	<i>Vale do Lima (ZI)</i>	<i>Arcos de Valdevez</i>	<i>Ponte da Barca</i>	<i>Ponte de Lima</i>	<i>Viana do Castelo</i>	<i>Viana do Castelo (ZI)</i>
N.º Explorações	16 735	9 115	3 081	1 123	3 729	2 384	1 182
SAU (há)	68 273	42 511	16 675	10 784	10 732	7 110	4 320
Blocos/Exploração	8,5	8,2	7,1	12,9	5,5	7,2	7,3
Pop. Agrícola	57 799	31 865	9 005	3 764	14 284	9 703	4 812
Produtores - Total	16 511	8 998	3 037	1 111	3 673	2 369	1 177
Homens	8 842	4 560	1 681	589	1 796	1 128	494
Mulheres	7 669	4 438	1 356	522	1 877	1 241	683
Trabalho Exploração (N.º produtores)							
>0<50%	3 634	1 710	597	140	672	532	301
>=50 a <100%	8 598	4 832	1 778	761	1 621	1 057	672
Completo	4 279	2 456	662	210	1 380	780	204
Trabalho Exploração (% Produtores)							
>0<50%	22, 01	19	20	13	18	22	26
>=50 a <100%	52, 07	54	59	68	44	45	57
Completo	25, 92	27	22	19	38	33	17
Actividade Exterior Remunerada							
Principal	2 356	1 148	369	89	542	305	148
Secundária	260	126	50	15	42	30	19

Fonte: INE

O Turismo em Espaço Rural, assume hoje um papel preponderante para diminuir esta tendência, sendo neste sentido que a ADRIL vem trabalhando nestes últimos anos, aliando o vasto espólio arquitectónico, ambiental, cultural ao desenvolvimento integrado das populações rurais que carecem de meios para se fixarem nas localidades. Não é fácil dominar o êxodo rural, mas com diferentes acções de desenvolvimento, o apoio junto das populações e o conhecimento das mesmas é fundamental para que se encontre algum equilíbrio populacional.

As iniciativas levadas a cabo pela ADRIL, quer no LEADER I quer no LEADER II, tiveram um forte impacto na região, demonstrado pelos resultados favoráveis na recuperação do investimento.

Relativamente ao LEADER I, podemos hoje concluir que gerou grandes transformações na região, sobretudo nas zonas interiores do Vale.

- Difundiou-se o desenvolvimento turístico, que inicialmente se concentrava na faixa litoral e nas maiores aglomerações urbanas;
- Alargou-se a oferta a faixas sociais e etárias com difícil acesso aos benefícios do turismo, com múltiplas oportunidades e a preços reduzidos;
- Criaram-se excelentes condições de relacionamento social e para a troca de experiências entre a população rural do interior e a população urbana, incluindo um número sempre crescente de estrangeiros;
- Recuperou-se um conjunto significativo de exemplares do nosso património cultural e, sobretudo, despertou na população uma relação de afectividade e identificação com esses valores, que tendencialmente se perdia;
- Arreigou-se nessa mesma população a obrigação moral da salvaguarda do património comum e da sua transmissão intergeracional e criaram-se condições reais, nomeadamente pelo carácter demonstrativo das iniciativas, para a sua efectivação;
- Desencadeou-se um processo de aculturação e educação cívica que motivou outras entidades públicas e privadas a investir na continuidade desta iniciativa;
- Constituiu-se um apreciável complemento à economia familiar dos promotores da oferta turística, criando-se mesmo, em muitos casos, novos postos de trabalho;
- Atenuou-se a tendência crescente de desertificação e envelhecimento das aldeias, com a mobilização da população activa no sector terciário e o incremento das ligações familiares entre membros fixados e emigrados;

O Património, como expoente ou manifestação da cultura, é um dos recursos em torno do qual se podem articular estratégias de desenvolvimento rural. Assim o entendeu a ADRIL quando elaborou o

seu Plano de Acção Local do LEADER II, tomando como eixo de referência o Património em todas as suas vertentes – natural e cultural, paisagístico e arquitectónico, edificado e evocativo.

Entendeu-se que a cultura em toda a sua dimensão material e imaterial constitui a identidade da região, no seu todo e nas especificidades de cada lugar, assumindo-se, com efeito, como um importante recurso a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento.

Os edifícios, as estruturas rurais (anexos agrícolas, caminhos e pontes, muros), os padrões culturais e religiosos, a própria estrutura fundiária, os sistemas de cultivo, o aparato dos ofícios, foram construídos para responder às necessidades sociais, económicas e culturais das gerações que nos precederam e traduzem o esforço de desenvolvimento de cada época. Representam, assim, um activo fundamental para conservar viva a memória colectiva, a alma da população rural.

Mas os ajustamentos sociais e económicos que no passado recente marcaram indefectivelmente o nosso país, reflectindo-se de forma diferente em cada região, acentuaram, em muitos casos, assimetrias históricas e recresceram distorções que deixaram marcas profundas no habitat e no equilíbrio da paisagem. Produziram-se, assim, claras roturas por efeito da inadaptabilidade das estruturas tradicionais aos padrões e exigências de uma qualidade de vida para a qual uma grande maioria da população, se bem que ansiosa e justamente credora, não estava ainda em perfeita sintonia.

À incapacidade das tutelas públicas na gestão da mudança acrescia o sentimento, por parte da população, de que o passado evocava privações, falta de conforto, uma vida dura que pretendiam esquecer, pelo que todas as referências, mormente as edificadas, que lhe recordavam, mesmo como testemunhas passivas, esse pesadelo,

constituíam assombrações que urgia derrubar ou pelo menos, reformular.

Esta mentalidade, inicialmente difundida na classe emigrante e depois generalizada com o apoio ou, pelo menos, com a apatia da sociedade culta, acabaria por provocar uma reacção a favor da reabilitação do património, da redescoberta da sua autenticidade e de um novo respeito pelo passado. Este posicionamento, já então alinhado com o que de mais avançado se fazia em toda a Europa, encontrou mesmo soluções práticas que viabilizavam economicamente a recuperação e a conservação, conferindo ao Património um desempenho determinante na promoção do desenvolvimento rural.

Foi nesta perspectiva que o LEADER II se ajustou à realidade do Vale do Lima. A aposta feita na versão anterior, com a reconversão pioneira de algumas estruturas rurais orientadas para o Turismo e a produção local, poderia ser potenciada em torno de um denominador comum que despertasse sinergias numa articulação integrada desses projectos e de outros que viessem a ser contemplados. Esse denominador comum foi, por opção assumida, o Património.

Foi possível, assim, reforçar a oferta de alojamento turístico do Soajo com uma nova acção no Lindoso, corrigindo pontualmente alguns aspectos técnicos da intervenção. Recuperaram-se 18 casas que tiveram efeito multiplicador, gerando iniciativas semelhantes dentro e fora destes aglomerados e motivando as próprias autarquias para beneficiar o espaço público. A aldeia do Soajo é hoje um lugar de referência nos roteiros do património, com uma boa oferta de serviços e proporcionando uma melhor qualidade de vida.

O sucesso destas experiências induziu dentro do próprio Programa outro tipo de iniciativa-piloto — o reforço de centralidades nas freguesias periféricas de habitat disperso. Com este projecto, as freguesias com a população pulverizada ou agrupada em pequenos

aglomerados indistintos, desprovidas de identidade própria e susceptíveis de ceder a processos de aculturação estranha, poderiam reforçar uma centralidade representativa, em que todos se revissem. Nasceu, assim, o projecto dos Centros Cívicos, testado em três freguesias com características de ordenamento distintas, sendo já perceptível a receptividade local e o impacto gerado. Mais uma vez o Património foi a pedra angular desta nova iniciativa. Pequenas intervenções no edificado que, em alguns casos, não passaram de mera sugestão a ter em conta em próxima oportunidade; criação de um serviço de interesse público ou de um pequeno equipamento capaz de gerar animação e actividade, à custa da recuperação de um edifício mais significativo; melhoria da imagem do espaço público (remoção de fios aéreos, utilização de materiais tradicionais, alguma arborização e jardinagem, reintegração de elementos relevantes do edificado, colocação de mobiliário urbano ou instalação de sinalética).

Também no capítulo das Itinerâncias, as temáticas sugeridas justificaram uma ou outra publicação e algumas intervenções pontuais em valores assinaláveis do Património natural e cultural – o Caminho Português de Santiago, o Itinerário do Românico, os moinhos da Montaria ou o ecossistema da Veiga de S. Simão foram novos exemplos de como o Património pode constituir o argumento forte para um desenvolvimento sustentado e contribuir, simultaneamente, para reforçar a identidade cultural de uma região.

Para concluir esta abordagem é conveniente registar o contributo do Património, em todas as suas vertentes, para tornar possíveis os projectos de cooperação que a todos os níveis se verificaram no âmbito do LEADER II – ao nível local, com a criação do Turismo de Aldeia e a intervenção nos Centros Cívicos; ao nível regional, com a recuperação de três antigos edifícios, adaptando-os a Centros de Mostra de Produtos Locais; ao nível nacional, envolvendo parcerias com outros agrupamentos LEADER, que conduziram à constituição da ATA – Associação do Turismo de Aldeia e da CENTER – Central

Nacional de Turismo no Espaço Rural; e ao nível transnacional, integrando o esforço comum de diversos países da União Europeia na consolidação do Label “Aldeias de Tradição”, onde, mais uma vez, o Património é a referência central e o pilar do seu sucesso.

É nesta perspectiva de desenvolvimento que surge a candidatura à Medida 7.1 do Programa Agris, dando continuidade ao trabalho realizado por esta Associação, para que cada núcleo rural se valorize e dê melhores condições de vida às populações.

A candidatura parte como fio condutor duma estratégia levada a cabo pela ADRIL, no qual se lança mais uma pedra na construção do desenvolvimento integrado, partindo dum diagnóstico mais personalizado num determinado núcleo, avaliando as potencialidades do território bem como os seus estrangulamentos.

O diagnóstico pressupõe, ainda, a sensibilidade da equipa que trabalha no terreno, para identificar os problemas do núcleo rural, envolver toda a população num trabalho conjunto de dinamização, fazer-lhes sentir a importância da sua localidade, bem como a sua própria importância no desenvolvimento da mesma.

O diagnóstico elaborado parte de um estudo do local, que embora duma forma resumida, estabelece um conjunto de informações necessárias à intervenção. O diagnóstico das condições existentes, das potencialidades, dos estrangulamentos, pontos fortes e pontos fracos, irão permitir definir uma linha de actuação no futuro, aquando a implementação do Plano de Intervenção.

Metodologia

A recolha de dados para a elaboração do Plano de Intervenção, baseou-se na análise dos locais a intervir, onde o objectivo foi essencialmente actuar em zonas mais desfavorecidas, e onde fosse possível conciliar as mais valias existentes do local, passando obviamente pela valorização e melhoramento dos espaços públicos para benefício de toda a população.

Numa primeira fase, com a colaboração da VALIMA, foram sugeridas pelas Câmaras Municipais do Vale do Lima, vários núcleos onde se previa a actuação da Medida, partindo do prévio conhecimento do âmbito de actuação da mesma.

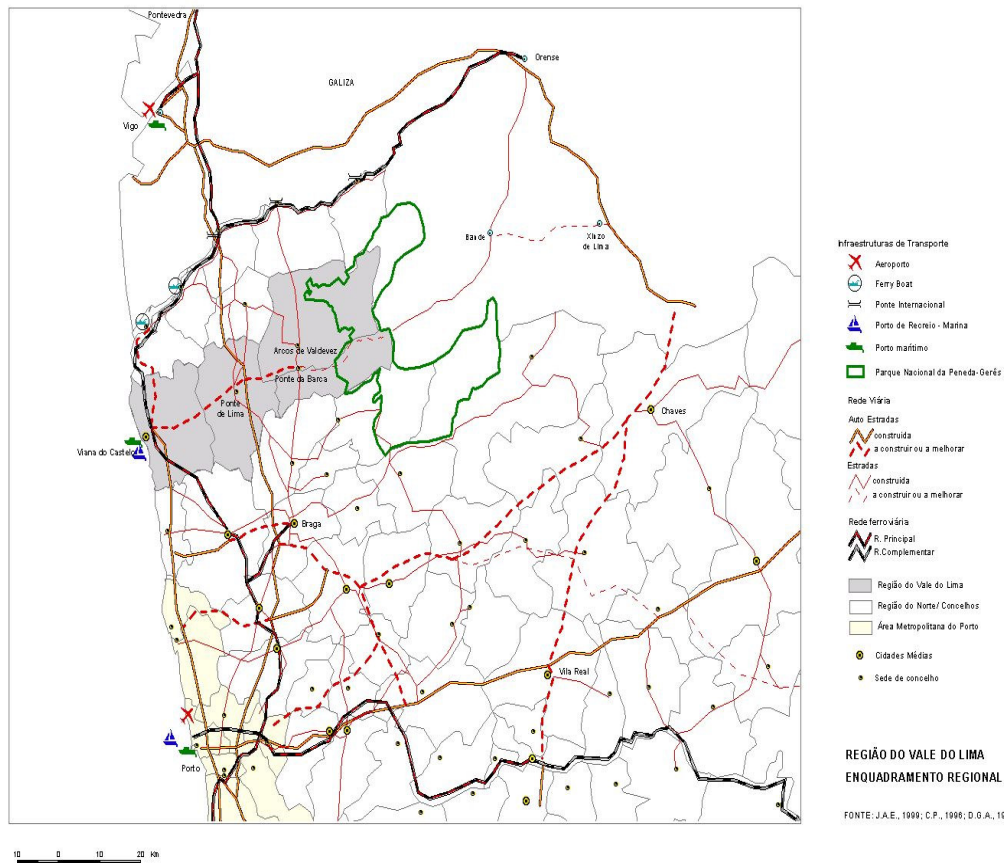
Numa segunda fase, depois de intensificados os locais a intervir, foram contactados os Presidentes de Junta para reunir os potenciais promotores, onde foi publicamente apresentada a Medida junto da população, para começar a elaborar o levantamento das situações a intervir.

Foram constituídas equipas que trabalharam junto das pessoas, com o apoio da autarquia, que divulgou a iniciativa como recolheu os nomes dos interessados. Foram levantados e fotografados possíveis actuações, com o preenchimento de uma ficha que descreve os trabalhos a elaborar e quantifica os respectivos custos. Paralelamente foram recolhidos dados estatísticos referentes às freguesias, para uma melhor caracterização da população e realizaram-se reuniões de trabalho, que envolveram agentes locais. Foram ainda contactadas diversas instituições para recolha de informação complementar, como a Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho, Câmaras Municipais, Parque Nacional Peneda-Gerês, Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação de Municípios do Vale do Lima – VALIMA.

Localização Geográfica

O Núcleo Rural do Lindoso é constituído pelos lugares de Parada e Lindoso, e abrange uma área com aproximadamente 46,5 Km², onde reside uma população de 688 habitantes, situado no concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo, região do Minho.

Esta freguesia situa-se em pleno Parque Nacional Peneda-Gerês, numa zona montanhosa, onde é servida pela estrada nacional que liga Ponte da Barca à fronteira de Espanha, podendo ainda ser utilizada a estrada Nacional que liga Arcos de Valdevez à freguesia do Soajo, localizada no lado oposto, cuja ligação ao Lindoso é feita por uma estrada secundária que atravessa o rio Lima.



Caracterização Edafo-Climática

O Lindoso insere-se numa região de transição, das influências mediterrâneas, atlântica e de altitude. Os invernos são em geral chuvosos e frios, Primaveras e Outonos irregulares e com predominância de Verões quentes e secos.

Nsta área montanhosa com altitudes agrestes, verificam-se precipitações anuais superiores a 2000mm, temperaturas médias anuais de 12°C, um número de horas de radiação solar inferior a 2000 horas/ano e um número de dias de geada (e por vezes neve), superiores a 20 dias/ano.

Geologicamente, este núcleo é formado essencialmente por granito, interrompido frequentemente por vários filões. É possível ainda encontrar nesta área pequenos afloramentos de rochas xistosas bastante metamorfisadas, pertencentes provavelmente ao complexo xisto-grauváquico ante-ordovício.

Do ponto de vista morfológico, destacam-se três unidades distintas: até 200metros de altitude constata-se uma zona de depressão fluvial que se estende desde a fronteira até aos arredores de Ponte da Barca, entre 200 e os 600 metros de altitude, observa-se uma zona de transição entre a depressão e a montanha de relevo pouco acidentado, acima dos 600 metros é já uma área de montanha, onde pontifica o contínuo montanhoso da serras da Peneda e Amarela.

O Lindoso é uma zona de elevados relevos, com 1365,5 no vértice da Louriça. A montanha é cortada pelos vales profundos descendo estes até cerca de 250 metros de altitude que conduzem as águas escorridas das montanhas até ao leito do rio.

Os solos são de textura ligeira ou mediana, permeáveis (um pouco menos os cambissolos húmidos de xisto), facilmente trabalháveis, de consistência fraca, marcados pelas peculiaridades da agricultura local e pelo clima. Os solos são pouco evoluídos e de profundidade variável, função da latitude a que se localizam e particularmente dos declives a que estão sujeitos.

Caracterização Demográfica

A população residente do Núcleo Rural é de 536 habitantes (Censos 2001). A estrutura etária desta população caracteriza-se pela seguinte distribuição:

Quadro 1 - Estrutura Etária da População Residente

Estrutura Etária da População Residente				
	1991	%	2001	%
0 -14	153	22,2%	67	12,5%
15-24	126	18,3%	75	14,0%
25-64	327	47,5%	271	50,6%
+65	82	11,9%	123	22,9%

Através da leitura deste quadro, podemos concluir que o índice de envelhecimento atinge valores preocupantes. A esperança de contrariar este envelhecimento, reside ainda no facto de cerca de 14,0% da sua população apresentar idades inferior a 25 anos, valor muito diferente dos valores de referência, representado um indicador importante que permitirá, caso seja devidamente potenciado, renovar o tecido populacional, sem correr riscos de desertificação.

A baixa densidade populacional desta área (11,5hab./Km²) é representativa de uma área rural por excelência, existindo várias oscilações de valores no interior da mesma. Outro dos factores que caracterizam esta área como sendo um núcleo rural são as variações negativas da população residente nas últimas décadas.

Quadro 2 - Densidade Populacional (Hab/Km²)

Densidade Populacional (Hab/Km²)			
	1981	1991	2001
Lindoso	17,4	14,8	11,5
P. Barca	76,8	72,1	70,8
Vale do Lima	97,6	92,1	90,9

É de salientar a variação entre 1960 e 1991, onde se regista uma variação negativa muito elevada da população residente do centro rural, demonstrando bem a tendência para o êxodo rural, principalmente dos mais jovens e mais habilitados, para áreas onde lhes são proporcionadas melhores condições de vida, quer ao nível de alternativas de emprego, quer de melhoria de estatuto.

Nível de Instrução da População Residente

O nível de instrução da população deste núcleo rural está representado no gráfico seguinte. O isolamento de que esta área padece, de certa forma, espelha o baixo nível de instrução da população. A taxa de analfabetismo desta população situa-se nos 18,3% (1991) e verifica-se que apenas 3,75% da população atingiu o ensino secundário.

Quadro 3 - Nível Instrução População

Nível Instrução População		
	1991	2001
Nenhum Nível de Ensino	109	94
1º Ciclo Ens. Básico	329	266
2º e 3º Ciclo Ens. Básico	119	103
Ens. Secundário	60	56
Outro Ensino	12	17

Esta análise permite-nos, não apenas confirmar o anteriormente exposto sobre o nível de instrução, mas também concluir sobre o déficite de desenvolvimento de que esta área sofre – baixo nível de instrução de uma população é um dos maiores obstáculos ao seu desenvolvimento. Uma das razões que leva esta área a ter um baixo nível de instrução talvez seja o facto de o número de estabelecimentos de ensino ser reduzido. Para a maioria dos jovens poder obter instrução é necessário deslocar-se às respectivas sedes de concelho ou à capital do distrito – Viana do Castelo – com distâncias médias diárias (ida e volta) de 45 Kms.

Alojamento Familiar

Dentro desta área existem zonas que apresentam alguma heterogeneidade em relação aos valores de alojamento com “*ocupante ausente*”.

A existência de aglomerados habitacionais nesta área com características rurais típicas, os quais, quer pelas características arquitectónicas dos seus imóveis, exemplares típicos da arquitectura popular, quer pelo modelo de vida dos seus habitantes, com os seus usos e costumes, formam um verdadeiro “*nicho de ruralidade*” nos quais a nossa memória facilmente recua no tempo.

Quadro 4 – Alojamentos Familiares

Alojamento Familiar	
Familias Clássicas	211
Alojamentos Familiares Classicos	390
Alojamentos Famili. Res. Habitual	210
Alojamento Ocupados para uso Sazonal ou Secundário	134
Alojamentos Vagos	46
Alojamentos c/ Esgotos	180
Alojamentos s/ Esgotos	30
Licenças concedidas p/ construção de edificios de Habitação	1
Nº Médio Individ. P/ alojam. Familiar (R. Hab)	2,55

Equipamentos e infra-estruturas Básicas

Da análise do quadro 5 - Equipamentos e infra-estruturas Básicas e depois de constatada a realidade no terreno, podemos afirmar que neste Núcleo rural as infra-estruturas básicas apresentam um baixo grau de satisfação, facto que constitui actualmente um dos grandes entraves à melhoria da qualidade de vida da população residente e ao desenvolvimento económico e social desta área.

Quadro 5 – Equipamentos e Infra-estruturas Básicas

Equipamentos e Infra-estruturas Básicas	Existe / Não Existe
Minimercado	Existe
Rede Pública Abastec. Agua	Existe
Rede Pública de Aguas Residuais	Existe
Recolha Lixo	Existe
Estação ou Posto Correio	Não Existe
Ensino Básico 1º Ciclo- Público	Existe
Centro de Saude ou Extensão	Não Existe
Farmácia	Não Existe
Centro de Dia	Não Existe
Biblioteca	Não Existe

Acessibilidades

As acessibilidades no interior do Vale do Lima têm vindo a sofrer algumas pequenas melhorias, mais qualitativas do que quantitativas, mantendo-se a acessibilidade externa numa situação muito mais favorável do que a interna.

A rede viária principal permanece inalterada, há décadas e só a construção da auto-estrada veio introduzir uma modificação profunda, em 1998.

Grande parte dos investimentos dos municípios no programa operacional regional do II QCA – PRONORTE - dirigiram-se para a rede viária municipal, a qual, em termos de qualidade da infraestrutura tem vindo a melhorar consideravelmente, não sendo porém suficiente proceder apenas a este tipo de intervenções. Uma intervenção mais estruturante, com uma hierarquização da rede, possibilitando a circulação entre as sedes de concelho, em melhores condições de velocidade e segurança que as actuais, impõe-se há muito tempo, estando programada no Plano Rodoviário Nacional, como prioritária, a construção (conclusão) dos IC1 e IC28, eixos rodoviários que, embora de nível nacional, constituem eixos de crucial importância na articulação entre a auto-estrada e as estradas de nível municipal. Trata-se de dois eixos prioritários, um litoral, o IC1, no sentido norte-sul, ligando Viana do Castelo à Área Metropolitana do Porto e à Galiza e o outro, o IC 28, longitudinal, ligando a cidade de Viana do Castelo a todo o *hinterland* rural do Vale do Lima, prolongando-se para Espanha. Ambos os eixos, uma vez concluídos, funcionarão como nível estruturante de toda a rede viária do vale.

Neste contexto de acessibilidades, os acessos para o Lindoso são principalmente, a estrada nacional que vem de Ponte da Barca até à fronteira, prolongando-se para a Galiza, onde se avizinham as localidades de Lobios e Entrimo, bem como pela estrada nacional na margem contrária do rio por Arcos de Valdevez, Mezio, Soajo, quer ainda, por estradas secundárias que passam pela Peneda atravessando longitudinalmente todo o vale da Peneda, indo de encontro á estrada Nacional que liga Melgaço a Castro Laboreiro.

Saúde e Segurança Social

O nível de atendimento da população dos serviços de saúde e assistência social nesta área, está muito distante de ser satisfatório.

A descrita situação, associada à considerável percentagem de população de idosos residente neste Centro Rural, com grandes dificuldades de deslocação, constitui um factor altamente penalizador da qualidade de vida dos residentes, contribuindo para o acentuar das diferenças entre o interior rural e as freguesias e concelhos mais próximos do litoral sempre privilegiados neste tipo de serviços.

Estrutura Económica e Meios de Produção

No que diz respeito à população empregada, na sua maioria encontra-se ocupada no sector primário, nomeadamente na agricultura.

Índice de Actividade	
Taxa de Actividade	36,6%

As estatísticas sobre a caracterização dos três sectores de actividade económica, a população activa, indica que no concelho de Ponte da Barca, a população activa apresentou um decréscimo de 1950 a 1960, um aumento de 1960 a 1970 e um novo decréscimo de 1970 a 1981. Verifica-se ainda, que a população activa masculina tem vindo a diminuir, ao contrário da população activa feminina que tem vindo a aumentar.

Ainda nos três sectores de actividade, os valores de evolução da população activa esteve estável até 1970, dando-se uma diminuição significativa do sector primário até aos dias de hoje, contrastando com o aumento do sector secundário e terciário.

A maioria da população trabalha na agricultura, com exploração de subsistência, pouco rentáveis e conseqüentemente provocando a escassez de meios financeiros dos seus habitantes.

Actividade Agrária

A actividade agrária no Lindoso, representa ainda hoje uma boa parte da actividade exercida na freguesia, uma vez que, cerca de 2/3 da população recenseada desenvolve actividades ligadas à agricultura, pecuária e silvicultura.

Quadro 6 – Actividade Agrária

Actividade Agrária	Áreas
Área Total Freguesia	4650 ha
Superfície Destinada à Agricultura	
Superfície Agrícola Utilizada	1725 ha
Explorações Agrícolas (nº)	88

O Lindoso é um exemplo típico de freguesia de montanha, onde maior parte da área total da freguesia é área de incultos, aproveitada essencialmente para o uso silvopastoril, onde a grande fonte de rendimentos desta população assente na produção animal em regime extensivo, num claro aproveitamento dos recursos naturais da região, pois trata-se praticamente da única produção agrícola que a população pode comercializar.

Segundo o Plano Global de Intervenção do Centro Rural do Soajo-Lindoso, o sistema de produção do sector pecuário é dividido em dois grupos: bovinos e os pequenos ruminantes. O gado bovino (essencialmente gado Barrosão), representa maior valor económico, cuja produção de carne é a principal actividade exercida, não tendo praticamente expressão a produção de leite destes animais. Aos pequenos ruminantes (cabritos e anhos), com predominância nesta zona devido à sua elevada rusticidade, são vendidos na própria exploração e em épocas tradicionais de grande procura (Páscoa, S. João).

Outra actividade exercida, é a produção de mel, embora haja alguns problemas, quer na produção, onde o número de cortiços atinge 46% do número de enxames, quer na comercialização, que aliás também afecta as outras actividades. Sem recurso a nenhum circuito de comercialização pré-definido, que valorize os produtos e, que os coloque em mercados locais ou em pequenas lojas locais é difícil a sua comercialização. que centralizem os produtos num local, de foram a homogeneizar a oferta e os preços.

Património Cultural

Ponte da Rendeira (Parada)

Capela da Senhora do Amparo (Parada)

Igreja Paroquial de S. Mamede (Castelo)

Cruzeiro do Castelo

Pelourinho do Lindoso (Parada)

Castelo (Parada)

Conjunto de espigueiros

Eira comunitária

Conjunto de seis azenhas

Casa Senhorial (séc. XVIII) (Castelo)

Castelo do Lindoso (finais do séc. XIII) (Castelo)

Baterias (séc. XVII) (Castelo)

Conjunto de espigueiros (séc. XVIII, XIX e XX) (Castelo)

Cruzeiro (Castelo)

Igreja Matriz (Castelo)

Núcleo Rural (Castelo)

Cruzeiro da Madalena (Castelo)

Fano (Castelo)

Locais Arqueológicos

Bouça do Colado

Pardieiros

Costa Velha

Chã da Ravelha

Cabeço da Pesquita

Porto Chão

Torre Grande

Torrão dos Galegos

Cabeço do Leijó

Património Natural

Flora

Nas encostas dos vales mais quentes e abrigados aparecem concentrações de medronheiros, de sobreiros, ou espécies como o feto-do-Gerês, o feto real ou a uva do monte. Nas zonas onde se sente mais a influência do Atlântico, a altitudes que atingem entre 800 e 1000 metros, surgem as matas de carvalho comum, associado muitas vezes ao azevinheiro. Acima dos 900 metros aparece o carvalho negral e também o videiro.

Espécie única, o lírio do Gerês é um endemismo de beleza rara e simbólica apenas conhecido localmente no vale do rio Homem. Todo este conjunto de espécies associadas e devidamente enquadradas na paisagem, concedem ao território do PNPG um grande interesse botânico.

Fauna

À diversidade botânica alia-se um importante valor faunístico, outrora mais rico e variado mas ainda hoje notável pela quantidade e diversidade dos animais dignos de interesse que nele se podem encontrar. Extintas algumas espécies, como o urso, a cabra selvagem do Gerês, o lince, o galo montês e mesmo o veado ainda referido em documentos medievais, aqui é no entanto possível encontrar hoje espécies como o lobo, o corço, o javali, o texugo, a lontra, a toupeira de água, a víbora negra, a cobra de focinho alto, o lagarto de água, entre outras, de que merece destaque um pequeno núcleo de garranos, exemplares de raça luso-galaiciana, vivendo em estado de liberdade nas áreas mais isoladas do Parque. Espécie única no mundo, que deambula numa parte da serra do Gerês.

Estratégia

A área de influência da ADRIL tem beneficiado desde 1991 de uma zona de intervenção LEADER, onde o desenvolvimento tem sido lento mas consistente, nomeadamente no despertar da consciência da população local para a necessidade de preservação da sua identidade cultural e recuperação e revitalização do património cultural e ambiental. A importância do aproveitamento harmonioso dos recursos locais, são e devem continuar a ser, a prioridade de intervenção deste núcleo rural, havendo necessidade de reforçar os apoios de maneira a evitar a degradação de um património que a todos pertence e que por todos deve ser preservado, garantindo um futuro mais próspero e vida no meio rural.

Foi essencialmente este espírito de mudança e de luta contra a fatalidade ou morte anunciada do “mundo rural”, que motivou a ADRIL a apresentar esta candidatura à Acção 7 “Valorização do Ambiente e do Património Rural”, Subacção 7.1. “Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural”, pois é vontade de todos (autarquias locais, associações e população), aproveitar esta iniciativa para melhorar as condições de vida a nível local, aproveitar os recursos endógenos disponíveis para criar mais rendimentos e valorizar as aldeias e toda a sua zona envolvente, valorizando, assim, a auto-estima da população residente.

As expectativas são enormes, os contactos estabelecidos a nível local são a prova disso, a participação dos agentes locais e dos futuros promotores, que apresentaram um largo conjunto de ideias, que querem ver concretizadas, sendo este programa, apenas, o início de muitas outras iniciativas a concretizar.

Analizados os pontos fortes e as debilidades existentes na zona de intervenção do núcleo rural verificamos o seguinte:

Pontos Fortes:

- *Existência de um grupo de pessoas interessadas em investir, na recuperação patrimonial e ambiental;*
- *Existência de sete casas de Turismo de Aldeia*
- *Consciência de da situação de subdesenvolvimento;*
- *Existência de importante património etnológico;*
- *Existência de importante património construído e ambiental;*
- *Disponibilidade de mercados para produtos e actividades tradicionais dos meios rurais;*
- *Produtos de exploração e agroalimentar de grande qualidade;*
- *Alta percentagem de espaços naturais;*
- *Óptimas características rurais, ambientais e naturais;*
- *Baixo ou muito escasso nível de difusão dos novos métodos organizativos e produtivos;*
- *Forte identidade cultural da zona;*
- *Riqueza e diversidade do património cultural e natural (arquitectura rural, usos e costumes, artesanato, paisagens, linhas de água, etc.);*
- *Características montanhosas e rurais da zona, extremamente motivadoras do turismo de recreio, lazer, ambiental e de descanso;*
- *Existência de agricultura extensiva, com forte aproveitamento dos recursos naturais, produzindo produtos agrícolas tradicionais sendo alguns deles certificados (carne barrosã, cabrito e mel das Terras Altas do Minho);*

Pontos Fracos:

- *Adversidade orográfica;*

- *Baixa participação da população nas associações e actividades colectivas;*
- *Baixo nível educativo e formativo da população;*
- *Continua saída dos jovens mais qualificados;*
- *Baixo nível de rendimento;*
- *Agricultura predominantemente tradicional com baixo índice de rendimento que se encontra em continua decadência*
- *Baixa disponibilidade de recursos financeiros;*
- *Escassez de meio tecnológicos de informação, comunicação e formação;*
- *Pouca importância para as questões do meio ambiente relacionada com a população;*
- *Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens;*
- *Deficiência nos transportes públicos;*
- *Dificuldades de acessibilidades em certas zonas;*
- *Desequilíbrio interzonais;*
- *Escassez de infraestrutura de apoio à terceira idade;*
- *Falta de equipamentos colectivos e serviços de apoio;*
- *Degradação do património edificado;*
- *Reduzida capacidade de investimento;*
- *Fraca presença de outros sectores de actividades.*

Tendo em consideração o exposto e a análise externa e relação continuada dos principais aspectos do Mercado Comunitário que pode suportar ameaças e oportunidades para as zonas rurais de intervenção desta candidatura e conservando a mesma ordem que se utilizou para descrever os principais aspectos territoriais específicos determinantes para o desenvolvimento territorial, temos tentado destacar as principais oportunidades e ameaças que cada supõe para a região em questão. Esta análise foi completada com as principais oportunidades e ameaças que supõem o impacto das principais políticas da União Europeia que incidem sobre o desenvolvimento do território, tal e

como se depreende dos acordos globais alcançados no Conselho Europeu de Berlim em Março de 1999, sobre a Agenda 2000.

Estruturas rurais e urbanas

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> · Novas oportunidades turísticas de consumo (contacto com a natureza, a curiosidade cultural, o contacto humano, a necessidade de recuperar laços telúricos); · O emergir de novas formas de turismo, nomeadamente o turismo ambiental, cultural, etnológico e de aventura; · Inserção no Parque Nacional Peneda Gerês; · A relativa proximidade de centros urbanos como Braga, Porto e região da Galiza; · Os novos conceitos que estão a ser implementados pela reforma da PAC, nomeadamente quanto ao incentivo à prática de uma agricultura extensiva, complementada pela pluriactividade; · Troca de oportunidades económicas urbanas, sobre todo o nível regional; · Emergência de redes funcionais (<i>clusters</i>); · Crescente interdependência campo-cidade; · Incremento dos produtos agrícolas de qualidade e do turismo verde, permitindo uma reorientação e uma diversificação positiva deste sector; · Incremento e propensão em aplicar medidas agro-ambientais nas novas políticas. · Possibilidade de diversificar a produção orientada a satisfazer “nichos” de mercado específicos; · O envolvimento e cooperação de várias entidades locais neste processo (autarquias, associações, população em geral), e o ressurgir de alguma esperança na revitalização do meio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> · Continua dispersão urbana; · Crescente segregação social nas cidades; · Fortes pressões sobre o meio ambiente; · Agravamento do processo de despovoamento e abandono das terras, pela diminuição de serviços básicos e o dinamismo das cidades rurais; · Competência internacional crescente sobre a produção agrícola derivada dos acordos do GAT/OMC; · Permanência de inconsistências fronteiriças; · Desigual acessibilidades entre as regiões rurais da Europa; · Tendência de concentração e aparecimento de corredores de desenvolvimento; · Infraexportação de serviços e infra-estruturas em áreas escassamente povoadas, junto com o problema do enlace entre instituições; · Insuficiente conectividade entre redes e entre modos de transporte.

Património natural e cultural

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> · Áreas de interesse paisagístico e ambiental; · Progresso consideráveis na sensibilização para a melhoria da qualidade das águas dos rios e ribeiros; · Em matéria de política de meio ambiente, tem sido adoptada legislação favorável às regiões menos desenvolvidas (directiva <i>habitats</i>); · Aumento da sensibilidade para conservar o património; · Esforços consideráveis para revalorizar áreas rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> · Perda da biodiversidade e áreas naturais; · Fragmentação espacial das zonas protegidas; · Pressão contínua sobre as paisagens culturais; · Pressão sobre o património cultural; · Forte pressões urbana e turísticas e ameaças de projectos de infra-estruturas; · Tendências a adoptar actividades sobreprodutoras do património. ·

Objectivos

A implementação deste programa no núcleo rural objecto desta candidatura, tem como finalidade operar em pequenas recuperações e na valorização do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, implementando projecto inovadores e demonstrativos que contribuam para a melhoria de vida dos habitantes desta zona rural e podendo transformar o tecido económico agrário local, criando condições de sustentação da população local, para que esta disponha de rendimentos adequados e atractivos face às condições de vida oferecidas pelos meios urbanos.

Pretende-se com a dinamização, revitalizar e recuperar culturas tradicionais, mitos e ritos que são obra dos próprios agricultores e dos rurais em geral, que começam a desaparecer e que há necessidade urgente de se intervir com alguns apoios financeiros de forma a consciencializar a população para a importância dos seus valores culturais.

O sucesso da implementação e concretização do Plano de Intervenção obriga à permanência de um técnico superior no terreno para apoiar, acompanhar e orientar os promotores e avaliar as a execução das acções bem como o resultado do impacto dos investimentos na zona de intervenção.

A intervenção vai incidir essencialmente na recuperação de fachadas degradadas, valorizando o património rural e criando o enquadramento necessário da zona rural onde se encontram inseridas. Pretende-se valorizar em conjunto com as iniciativas elaboradas pelo Programa LEADER, aumentar a auto-estima das populações e dinamizar o núcleo para que as condições de vida da população sejam satisfatórias.

Beneficiários

- . Câmara Municipal de Ponte da Barca
- . Junta de Freguesia Lindoso
- . Fábrica da Igreja do Lindoso
- . Particulares

Tipos de Acções a Desenvolver

- *Infra-estruturas públicas*
- *Dinamização e promoção do núcleo rural*
- *Requalificação de espaços públicos*
- *Recuperação de construções rurais de traça tradicional, através da recuperação das fachadas*
- *Valorização de espaços e itinerários pedonais de interesse histórico-turístico*

Conclusão

O espaço do nosso mundo rural é caracterizado pela baixa taxa de densidade populacional e pela sua importância relativa da agricultura na economia e na sociedade. O rendimento das nossas zonas rurais apresentam níveis muito inferiores aos das zonas urbanas ou semi-urbanas, com tendência a acentuarem-se as mutações económicas e sociais, tornando-as mais vulneráveis ao impacto da globalização.

Analisadas as causas da vulnerabilidade verificamos uma contínua redução do peso da agricultura na economia do país, sem que tenham aparecido alternativas credíveis de maneira a manter-se níveis equilibrados com as zonas urbanas e semi-urbanas, tendo-se verificado, pelo contrário, uma progressiva degradação do rendimento dos habitantes das zonas rurais.

O mundo rural tem pouca capacidade para atrair investimentos nos sectores secundários e terciários, por escassez de infra-estruturas de acesso e acolhimento e, também, pela localização periférica relativamente aos meios urbanos e conseqüentemente aos grandes mercados.

As condições de vida e de trabalho, principalmente para os jovens, são pouco atractivas no mundo rural, devido à degradação crescente que se tem verificado nos últimos anos. Estas condições não estimulam a população a fixarem-se, as expectativas profissionais são poucas, as infra-estruturas culturais, desportivas, educativas e de saúde são quase inexistentes. Esta escassez de recursos aliada à falta de oportunidades profissionais motivadoras para a população activa, principalmente os mais jovens, sem ser capaz de lhes assegurar saídas profissionais compatíveis com a sua formação académica ou profissional.

Acresce aos problemas mencionados, os problemas ambientais, que decorrem da poluição, do abandono rural, dos incêndios florestais e da destruição dos terrenos agrícolas.

A preservação do património ambiental, da paisagem, do património rural, da cultura rural, dos ritos e dos mitos, devem estar na base da identidade e da história de um povo.

O Programa AGRIS, através da medida 7.1. permitirá a aplicação prática de muito do que se tem defendido para o mundo rural e seu desenvolvimento. O desenvolvimento do mundo rural deve ser harmonioso, provocando equilíbrios e estabilidade social, podendo através desta medida contribuir-se decisivamente para a implementação de projectos incapazes de se concretizarem sem este incentivo.

Este Programa permitirá o desenvolvimento integrado numa óptica descentralizada, onde a gestão e acompanhamento será muito próxima do promotor, contribuindo, assim, para melhor rentabilização dos investimentos a efectuar. Os projectos pretendem-se inovadores e demonstrativos e que tenham como beneficiários directos agricultores e não agricultores, entidades colectivas de direito privado e entidades públicas.

A diversificação de actividades a partir da mobilização dos recursos endógenos, a recuperação do património cultural e paisagístico ligado à valorização dos recursos locais e à criação de emprego, associado às experiências até agora colhidas, serão uma mais valia que nos permite afirmar que o carácter descentralizado e a capacidade de mobilização dos agentes locais, juntamente com entidades privadas, cooperativas e associativas, com entidades públicas de âmbito regional e local, são um

bom exemplo do garante da viabilização dos projectos apresentados e da sua inserção nos objectivos gerais e na estratégia delineada para o núcleo rural em questão.

A revitalização do meio rural que se pretende para cada núcleo rural prende-se com cada um dos espaços rurais, sem repetir os padrões do passado mas, também, sem perder a identidade local e o valor cultural intrínseco da cada localidade.

Por último, importará lembrar que só existirá mundo rural com vida e dinâmico se dispuser de estrutura dinâmicas e da existência de condições que dignifiquem todos aqueles que lá residam.